

## **Violência: o que foi que aconteceu?**

**Michel Misse**

Mais uma vez a violência nas grandes cidades ocupa as pautas da imprensa e a mídia destaca, na variedade de conflitos cotidianos, o que acostumamos a chamar por um nome, mas que antes parece um Sujeito: a violência urbana. “A violência chegou à nossa cidade” ou “É preciso dominar a violência”. A tal da violência, que parece agir como um espectro ou fantasma, esconde-se ou dissemina-se, é tratada como uma epidemia, um vírus, um micróbio, ou como um Sujeito onipresente, onisciente, onipotente. Que diabo é esse? O que unifica nesse nome conflitos, crimes e comportamentos tão diferentes? O que nos faz pensar que tudo isso tem um nome só?

O emprego da palavra “violência” ganhou, na época moderna, muitos significados novos, mas resistem, em seu emprego usual, duas características que não se modificaram com o tempo. Proponho que se reflita um pouco sobre esses significados múltiplos da palavra “violência” e, em especial, sobre as duas características que se mantiveram no seu uso cotidiano, atravessando muitas épocas e mudanças históricas.

A palavra portuguesa “violência” (como também em outras línguas latinas e mesmo no inglês) vem do latim “violentia”, que significava a “força que se usa contra o direito e a lei”. Violento (violentus) é quem age com força impetuosa, excessiva, exagerada. O emprego retórico da palavra passou a lhe conferir significados cada vez mais largos: a violência dos ventos, a violência das paixões, a violência da expressão. E não é senão por violência da expressão primitiva que o termo passou a significar qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem. Em alemão, a palavra “gewalt” significa ao mesmo tempo “poder” (no sentido da origem do direito) e “violência” (no sentido de força imposta). Nas línguas latinas, a mesma ambigüidade permeia o emprego de palavras como “poder” e “dominação”, que só alcançam superar plenamente seu duplo sentido quando transformadas em “autoridade”. O que faz a diferença, aqui como em qualquer outra língua, é o quanto de legitimidade (isto é, de anuência ou concordância da parte de quem se encontra sob o poder e a dominação, neste caso sob a autoridade) que se confere ao uso do poder e da violência. A violência, assim, significa o emprego da força ou da dominação sem legitimidade, isto é, na impossibilidade do conflito e da resistência.

As duas características que se mantiveram, através dos tempos, no emprego da palavra “violência”, dizem respeito portanto a como se usa e contra quem se usa essa expressão. Raramente alguém diz de si mesmo ser violento, a não ser por expiação de sentimento de culpa. Violento é sempre o Outro, aquele a quem aplicamos a designação. O emprego da palavra é, assim, performativo, isto é, ao empregá-la nós agimos socialmente sobre outrem – seja denunciando uma ação ou uma pessoa, seja acusando um evento ou um sujeito.

Violência não é uma expressão apenas descritiva ou neutra, ela já toma partido, se engaja na própria definição do ato ou do ator. O emprego socialmente denunciador da palavra violência, por isso, tende a reter através dos tempos um significado duro, que em última análise não pode ser negociado ou atenuado: o de um ato que viola (do latim violens) a integridade de um indivíduo, que não lhe permite a reação e que, portanto, transforma-o em mero objeto, numa coisa qualquer a que se pode fazer o se quiser.

A violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade. Esses eventos podem reunir

na mesma denominação geral motivações muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não-intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas. Além disso, a expressão violência urbana tenta dar um significado mais sociológico e menos criminológico a esses eventos, interligando-os a causas mais complexas e a motivações muito variadas, numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole.

Dois abordagens diferentes se completam, mas não devem ser misturadas: numa, toma-se posição e acusa-se a violência indesejada. Nela, o uso de expressões denunciadoras é normal e esperada: é o caso de editoriais da imprensa, de cartas de leitores, de manifestações políticas, de discursos ideológicos; na outra abordagem, procura-se colocar entre parênteses a denuncia e a emoção e examinar-se o assunto com o máximo de isenção e compreensão possível, visando não racionalizá-lo ou defendê-lo, mas explicá-lo com recurso às disciplinas científico-humanas que o estudam.

Para que serve compreender o que nos causa horror? Para, ao estudarmos as causas, tornarmos-nos capazes de preveni-lo através de políticas públicas inteligentes e eficazes, que evitem reproduzir nelas mesmas o círculo vicioso da violência. Vejamos um caso de violência que envolve a violência urbana do tráfico de drogas.

### **O quebra-cabeça do tráfico no Rio**

A televisão mostrou não faz muito tempo imagens de ofertas (“leilões”) de drogas em algumas favelas do Rio e, instada pelo então governador a verificar a mesma oferta em áreas de classe média, obteve imagens previsíveis de tráfico na zona sul da cidade. O prefeito da cidade aproveitou a “deixa” para proclamar que a polícia está deixando o tráfico “correr solto” ou mesmo protegendo os negócios em troca de menos violência nas áreas afetadas. O que há de verdade nesses discursos políticos e o que está em jogo, para além de interesses eleitorais da conjuntura, é que a realidade do tráfico de drogas na cidade mostra-se abrangente e duradoura, atravessando governos e resistindo às sucessivas invasões, pela polícia, de áreas controladas por traficantes e superando mesmo a prisão continuada de suas principais lideranças nos últimos vinte anos. Seria insano atribuir ao governo atual a responsabilidade de encerrar em pouco tempo o que já encontrou consolidado e resistente a traficantes, do atacado e do varejo, permanecer com tanto poder após terem se tornado os principais alvos da polícia há quase duas décadas?

Há várias razões e nenhuma é suficiente para dar uma explicação completa: 1) o consumo de drogas não responde apenas a uma demanda inercial, mas é também produzido pela oferta; 2) a oferta se beneficia a uma estrutura não verticalizada, com várias redes de atacado sobrepostas e inúmeras redes de varejo – os chamados “comandos” são antes denominações simbólicas de proteção de presidiários do que uma organização formal e complexa como a que chegou a ocorrer no jogo do bicho; 3) a alta e rápida lucratividade desse mercado informal ilegal continuam a atrair jovens pobres (ou mesmo de classe média) para o “ganho fácil”, apesar dos altos riscos de prisão ou morte reconhecidos por todos os que entram para o chamado “movimento”; 4) uma parcela significativa de policiais, agentes penitenciários e outros agentes do Estado “vende” proteção e outras “mercadorias políticas” (expropriadas de suas funções no Estado) a traficantes, permitindo assim a impunidade e, mesmo quando presos, a continuar controlando parte de seus negócios fora da prisão; 5) diferentes interesses, de setores bem posicionados na economia e na política, conseguem impedir o

desbaratamento das principais rotas do atacado (inclusive de armas), a maior parte das quais destinadas ao mercado externo.

Não pense que a questão do tráfico tem solução rápida e fácil. Todas as vezes que se pensou assim, incrementou-se ainda mais alguns dos fatores que realimentam o próprio mercado de drogas e armas, num círculo vicioso infernal que produz mais violência no varejo e menos apoio das comunidades pobres à ação policial. Diante desse desafio, é preciso uma ação continuada, que priorize a investigação das redes do atacado e diminua o poder dos interesses que invalidam ou tornam juridicamente inócuos os resultados efetivos dessas investigações. O varejo é função do atacado e da pobreza urbana e não adiantará nada lotar as prisões de pequenos traficantes (ainda que perigosos) se seus fornecedores continuam a atrair outros jovens para sucedê-los no atrativo e arriscado negócio. Aqui, a simplificação do problema simplesmente pode provocar seu aumento, que é o que vem ocorrendo há décadas. Há muitas violências envolvidas nesse círculo vicioso, mas apenas a evidente violência no varejo ilegal ganha notoriedade, como aconteceu recentemente com o assassinato do jornalista Tim Lopes (que fez a reportagem para a televisão citada mais acima). Nesse caso, a indiferença pública pelos milhares de assassinatos semelhantes ocorridos nas favelas nas últimas décadas, que jamais foram esclarecidos ou punidos, não deveria ser incluída também na denominação “violência urbana”? Mais uma vez, a violência parece habitar apenas a casa dos outros... Mas qual “violência urbana”?

É bem verdade que muitos nomes que acompanham o Sujeito, que parece ter muitos apelidos. É o tráfico, a droga, a corrupção, o assassinato, o roubo, o seqüestro, o atropelamento, a tortura, o bicho, as rebeliões de presos, o ‘surf’ no trem, o ‘pega’, a adrenalina, a AR-15, o bandido, o pivete, mas também a fome, a desigualdade, a polícia, a revolta, a ausência do Estado, e ampliando-se: a favela, os pobres, os mendigos nas ruas, a noite escura, a rua vazia, o vizinho, a mulher ou o marido, o filho adolescente, as filas intermináveis, os ônibus lotados.... O que foi que aconteceu?

As estatísticas policiais indicam que hoje, no Rio, mata-se quatro vezes mais que na década de cinquenta. As penitenciárias têm quatro vezes mais presos, a polícia tem quatro vezes mais homens, o judiciário quatro vezes mais processos e nada parece estancar o crescimento dos crimes. Culpa-se principalmente o tráfico de drogas. Mas o tráfico existe em todas as grandes cidades do mundo e não produz toda essa violência. Por que aqui, então? Será que, se por um passe de mágica (ou uma legalização das drogas ou – eruditamente, um parêntese fenomenológico) o tráfico acabasse ou voltasse ao nível dos anos sessenta, a violência urbana no Rio diminuiria? Ou será que a violência e o tráfico se associaram, mas são fenômenos relativamente autônomos, independentes?

Não existe dúvida de que o aumento da violência no Rio foi acompanhando o crescimento do tráfico varejista de drogas, principalmente após a entrada da cocaína na pauta de consumo de todas as classes sociais, inclusive das mais pobres. O preço relativamente baixo proporcionado pela enorme oferta de cocaína colombiana a partir do final dos anos setenta e o modismo que acompanhou seu consumo, eventual ou regular, em festas e reuniões de todos os tipos – a tal síndrome “sexo, drogas e rock in roll” – explica grande parte desse crescimento do mercado varejista de drogas. Geralmente localizado em favelas, o varejo oferece oportunidades de ganho fácil e rápido, atraindo jovens que de outro modo poderiam derivar para o furto, o roubo, a contravenção e a prostituição. Vários desses jovens talvez evitassem o furto e o roubo, por razões morais, mas não viram razões para evitar o tráfico. Vários me disseram que “não acham que é crime, não obrigam ninguém a comprar, se há quem compre, eles vendem”. Outros são também consumidores e precisam do ganho para manter seu vício.

Outros, enfim, associam a atividade de venda ao roubo e a outros crimes. O que não resta dúvida é que a disputa de territórios entre as redes de quadrilhas (chamadas de “comandos”) e a interação com a repressão e a corrupção policial acionou um mecanismo de violência exacerbada sem paralelo em outras grandes cidades do mundo.

O tráfico de drogas, hoje, é um fenômeno mundial, globalizado, que movimenta bilhões de dólares em quase todos os países. A economia da droga alimenta-se da sua proibição e associa-se com o crime, tal como ocorreu nos Estados Unidos nos anos vinte com a Lei Seca. A legalização do fabrico e consumo de bebidas alcoólicas no início dos anos trinta obrigou as máfias norte-americanas a buscarem outras mercadorias ilícitas para serem exploradas. Seria possível fazer o mesmo com as drogas, legalizá-las para cortar o mal pela raiz? Há argumentos fortes a favor e contra. O princípio do mercado parece cada vez mais voraz, incontrolável, e parece colocar a sociedade e o Estado na defensiva, cada regulamentação servindo para criar mercados ilícitos que se alimentam das barreiras erguidas para conter as ambições do capital. Vivemos hoje um cerco do Estado pelo capital, seja pelo capital especulativo, que não se consegue regulamentar, seja pelo capital ilícito e ilegal que controla a cadeia de produção e distribuição das drogas. Os varejistas, que ficam na ponta dessa economia, são a parte mais vulnerável e exposta à ação policial, a parte mais visível e, por isso mesmo, mais arriscada e mais violenta desse capitalismo subterrâneo.

De qualquer modo, é preciso compreender que o tráfico não esgota o conjunto dos apelidos desse Sujeito espectral que atormenta a população e os noticiários. O que tem o tráfico a ver com o volume de homicídios não-intencionais que cresceram também várias vezes desde os anos cinqüenta? Ou com o aumento de assassinatos em brigas de rua, de bar, de vizinhança... Ou com as práticas de “extermínio” na Baixada Fluminense, que remontam também aos anos cinqüenta. Há uma violência que não se deixa reduzir ao tráfico, ainda que ele a tenha potencializado nos últimos vinte anos. É preciso também compreender seu crescimento se não quisermos simplificar demasiado a questão. Essa violência cotidiana alimenta-se tanto do afrouxamento das regras sociais quanto do enrijecimento de outras regras – no mercado de trabalho, na família, no indivíduo. Um processo social complexo cuja compreensão ainda engatinha. Mas é evidente também que tudo seria diferente sem a enorme desigualdade social brasileira, sem a enorme privação relativa das populações jovens de baixa renda, sem o desemprego e a falta de perspectivas para esses jovens (e também para grande parte dos jovens de classe média). O fantasma da violência alimenta-se também da falta de perspectivas de ação coletiva, da atual incapacidade das elites políticas sérias de convencer esses jovens de que é possível uma ação política transformadora, da inexistência de uma política transformadora, da inexistência de uma polícia respeitada por todos e capaz de esclarecer grande parte dos crimes e de uma justiça capaz de punir injustiças de toda sorte.

Como se vê, o Sujeito espectral da violência não se confina às favelas, nem mesmo ao tráfico. Ele está presente e infla sua fama cada vez que não conseguimos atacar e vencer os nossos antigos problemas nacionais.

(\*) Michel Misse é Doutor em Sociologia e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde coordena o NECVU – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana. É também membro da SINTUFRJ e da ADUFRJ.